

Notícias Sindicais, 27/02/14

Federação Nacional dos Urbanitários

PLR é a bola da vez, sem ela não há "jogo"

Foi realizada nesta quinta-feira, dia 20 de fevereiro, no Rio de Janeiro, reunião entre o Coletivo Nacional dos Eletricitários e o novo Diretor de Administração da Eletrobras, Aguinaldo Guimarães. A pauta da reunião foi bastante ampla, e deu a oportunidade para os dirigentes sindicais colocarem para o novo gestor da Holding os problemas enfrentados pela categoria em todas as empresas, e que muitas vezes, por falta de vontade política não são resolvidos. Todavia, um tema dominou a maior parte dos debates: A PLR. Essa é a preocupação maior de todo o CNE, pois se trata de uma conquista histórica e que em hipótese alguma os trabalhadores irão abrir mão.

Na reunião o CNE foi contundente em afirmar que os trabalhadores não vão abrir mão da PLR ou trocá-la pelo não pagamento de alguns direitos, hipótese essa levantada pela Holding. Os dirigentes sindicais alertaram que os problemas de caixa enfrentados pelo Sistema Eletrobras não foram provocados pela categoria, mas sim pela forma autoritária de agir do Governo Dilma ao editar a MP 579. Pois apesar da insistência da FNU e dos sindicatos em contribuir com a medida, participando das audiências públicas e encaminhando emendas através de parlamentares, o movimento sindical foi solenemente ignorado.

Os trabalhadores do Sistema Eletrobras não vão pagar a conta por erros cometidos pelo Governo Dilma. É importante recordar que a presidenta conhece bem o setor elétrico, por ter exercido o cargo de Ministra de Minas e Energia, portanto, não poderia ter feito esse "gol contra".

O CNE se colocou a disposição para debater alternativas para o pagamento da PLR 2013, mas com as condições que sempre aconteceram, em bases justas, que reconheçam o esforço de cada funcionário.

O Coletivo repudia qualquer tentativa de retrocesso, representadas por medidas de caráter neoliberal que buscam retirar direitos, as mesmas que Collor e FHC tentaram aplicar, mas que foram derrotadas pelos trabalhadores, e não vai ser diferente agora no Governo Dilma. O projeto político atual foi eleito pelos trabalhadores para trazer avanços sociais, gerar distribuição de renda e fortalecer as empresas públicas estratégicas, como a Eletrobras.

O CNE, a FNU e os Sindicatos não vão se calar diante de qualquer ameaça a PLR 2013. As entidades estão atentas e mobilizadas para barrar qualquer ataque aos direitos dos trabalhadores. Ao fim da reunião o CNE solicitou a realização de uma nova reunião, na primeira quinzena de março, com toda diretoria executiva do Sistema Eletrobras para debater a PLR. Assim que houver uma resposta o CNE irá comunicar.

Diap, 28/02/14

PEC do Trabalho Escravo na pauta prioritária do plenário do Senado

Em reunião nesta terça-feira (25), o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), líderes partidários e presidentes de comissões definiram um planejamento para as votações deste semestre, com a apresentação de projetos prioritários, temas a serem debatidos e a previsão de períodos de esforço concentrado.

Os projetos a serem votados, segundo noticiou a Agência Senado, com urgência no Plenário incluem a redução dos encargos das dívidas de estados e municípios com a União (PLC 99/13), pautado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta quarta-feira (26). A previsão é de que a matéria chegue ao plenário no dia 27 de março.

- Nós tínhamos assumido um compromisso no final do ano passado e vamos votar a matéria - afirmou Renan.

A PEC do Trabalho Escravo (PEC 57-A/99) deve constar da pauta de votação no dia 19 de março. O projeto do novo Código Penal (PLS 236/12) também faz parte da lista de prioridades.

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), entregou uma relação de 27 projetos aprovados na comissão e prontos para o Plenário. É o caso do PLS 250/05, que estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência; e a PEC 34/13, que dificulta a aprovação de projeto para a criação e extinção de órgãos públicos.

Esforço concentrado

Renan Calheiros informou que o planejamento de votações inclui a realização de períodos de esforço concentrado. Ele adiantou que os senadores já concordaram em fazer uma semana inteira de votação, de segunda a sexta, em junho.

Em plenário, Renan apresentou uma lista com outros projetos sugeridos como prioridades pelas comissões, que podem ir a votação no Plenário ao longo do semestre. Entre os temas, estão a obrigatoriedade dos municípios de criarem brigadas de incêndios quando não houver Corpo de

Bombeiros; a proteção a pedestres e condutores de veículos não motorizados; a competência privativa do Senado para deliberar sobre tratados, acordos e atos internacionais; a política de proteção à adolescência; a transferência de dados informáticos para autoridades públicas para apuração de crimes contra crianças e adolescentes; o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; a carteira de trabalho por meio eletrônico; o combate ao tráfico internacional de pessoas; e o projeto que cria a figura do "padrinho legal", como responsável pelo sustento e manutenção de menores.

- Nós estabelecemos a pauta e desde já, firmemente, nós vamos decidir em que dias o Senado deliberará. Isso é importante inclusive para garantir a presença, a certeza do funcionamento e da deliberação - disse Renan.

Por sugestão dos presidentes de comissões, o Senado também deverá realizar três sessões temáticas, que podem ser transformadas em sessões deliberativas ao fim dos debates. Elas tratarão de segurança pública; mobilidade urbana; e educação e trabalho. (Fonte: *Agência Senado*)

Diap, 28/02/14

Regulamentação do direito de greve só após negociação, diz Vaccarezza

O presidente da Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação Constitucional, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) disse, nesta segunda-feira (24), que o colegiado vai se posicionar sobre a regulamentação do direito de greve dos servidores públicos "após negociar com todas as partes envolvidas".

Segundo o deputado, o texto final do projeto sobre o assunto, que será apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), vai procurar contemplar as reivindicações das centrais sindicais, do governo e da sociedade.

"Pela primeira vez, uma comissão do Congresso negocia diretamente com os trabalhadores o direito de greve no serviço público e também com o governo e com os operadores do direito. Precisamos resolver esse ponto da Constituição Federal que espera há 25 anos por regulamentação, e vamos fazê-lo olhando não apenas para os direitos dos trabalhadores, mas também para os de toda a sociedade", destacou Vaccarezza.

Convenção 151 da OIT

Para o deputado Policarpo (PT-DF), ex-sindicalista no setor público, apenas a adoção da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) já contemplaria as reivindicações das centrais sindicais e evitaria a maioria das greves existentes atualmente no serviço público.

"A Convenção 151 da OIT aponta no sentido da adoção da negociação coletiva entre servidores e governo. Hoje, cerca de 90% das greves são realizadas apenas com o objetivo de abrir um canal de negociação", esclareceu.

A proposta do petista é defendida pela maioria das centrais, que também quer a inclusão no projeto de aspectos como acordos, dissídios e data-base. Na semana passada, durante audiência pública na Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação Constitucional, o relator do projeto, senador Romero Jucá, disse que iria estudar a possibilidade de incorporar as sugestões ao texto.

Polêmica

Apesar do aceno positivo, as Centrais reclamam de vários outros pontos do anteprojeto já apresentado pelo relator, que, segundo eles, "inibem o exercício do direito à greve". Um deles é o que exige a manutenção no trabalho de, pelo menos, metade do efetivo de trabalhadores em greve.

Durante a reunião na semana passada, a representante da CUT, Maria das Graças Costa, disse que esse ponto não respeita o direito de greve previsto na Constituição. "Isso não é fazer greve. Isso é proibir greve. Nós não podemos aceitar esse atropelo. A CUT declara que não tem acordo com o conteúdo colocado", protestou. (Fonte: *PT na Câmara*)

Portal da CUT

Novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho é contra projeto da terceirização

26/02/2014

Antonio Levenhagen, que toma posse nesta quarta-feira (26), assina documento oficial que condena o PL 4330 por lesar direitos sociais, trabalhistas e reduzir o valor do trabalho

Escrito por: CUT Nacional

O novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Antonio José de Barros Levenhagen, de 60 anos, é um juiz de carreira aprovado em concurso público que, no ano passado, assinou documento condenando o Projeto de Lei 4330, que amplia a terceirização e prejudica toda a classe trabalhadora brasileira. Levenhagen toma posse nesta quarta-feira (26), para um mandato de dois anos. A CUT trava luta contra o projeto.

Em agosto de 2013, em uma decisão considerada histórica por especialistas do mundo do trabalho, 19 dos 26 ministros do TST redigiram um parecer que critica e condena de forma dura o PL 4330, além de apontar os riscos que a proposta, se aprovada no Congresso, pode trazer. No dia 27 de agosto do ano passado, esses 19 ministros encaminharam ofício à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara Federal anunciando a posição e denunciando o risco de "gravíssima lesão de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários no País" e redução do "valor social do trabalho". Levenhagen subscreveu o texto.

No ofício os ministros ainda afirmam que o discurso da competitividade, defendido pelos empresários a favor da votação do PL, "é uma cortina de fumaça para aprofundar a exploração com a perspectiva de aumentar o lucro com exploração excessiva da mão de obra precarizada e barata".

Este documento do TST, junto com o da Anamatra (juízes do Trabalho), que também é oficialmente contra a PL 4330, revela que esse discurso da competitividade é uma cortina de fumaça para aprofundar a exploração com a perspectiva de aumentar o lucro com exploração excessiva da mão de obra precarizada e barata!

CUT luta contra projeto - O PL 4330, de 2004, está pronto para ser votado desde maio do ano passado, mas ações e manifestações da CUT dentro e fora do Congresso, por todo o país, foram decisivas para barrar a tramitação da proposta e fazer com que a definição fosse adiada.

Contra o PL 4330, a CUT mobilizou os trabalhadores em todo o País e conseguiu barrar a votação na CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) da Câmara dos Deputados e conquistou uma Mesa Nacional Quadripartite para negociar uma alternativa que garantisse a preservação de direitos.

De autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), o 4330 visa liberar a terceirização sem limites, inclusive na atividade principal (atividade-fim) da empresa, seja ela privada ou pública. A proposta retira direitos daqueles que têm registro em carteira e também acabar com a responsabilidade solidária, na qual a contratante arca com as dívidas trabalhistas não pagas pela terceirizada.

Para a CUT, o PL representa a ampliação da precarização das relações de trabalho, rebaixamento de salários, ampliação de condições precárias de saúde e de segurança e níveis ainda mais elevados de rotatividade e insegurança.

Estudo recente do Dieese e da Central mostra que o terceirizado fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas semanais a mais e ganha 27% menos do assalariado contratado diretamente pela empresa. Ou seja, a terceirização, que integra a ofensiva neoliberal do capitalismo, propicia um aumento dramático da taxa de exploração da classe trabalhadora.

Perfil novo presidente -Nascido em 8 de novembro de 1953 em Baependi, no sul de Minas, a 400 quilômetros de Belo Horizonte, Levenhagen pensou em cursar Engenharia, mas foi levado pelo pai a estudar na Faculdade de Direito de Varginha, onde se formou em 1975. Segundo perfil publicado na página do TST, "ainda encontrou tempo e energia para estudos tão diversos como a hipnose e a psicanálise". Do psicanalista austríaco Sigmund Freud, dedicou-se principalmente ao livro *A Interpretação dos Sonhos*. "Hoje, suas leituras ainda passeiam por áreas como filosofia, sociologia, história e literatura em geral, mas principalmente por livros jurídicos."

Ele tornou-se juiz substituto em 1980, atuou na primeira instância em São Paulo (Varas do Trabalho de Guarulhos, Taubaté e Cruzeiro), passou pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em Campinas, no interior paulista, e chegou ao TST em 1999. Foi eleito para a presidência em dezembro passado – a mudança de comando no tribunal foi antecipada devido à aposentadoria compulsória do ministro Carlos Alberto Reis de Paula. A nova direção é composta ainda do paulista Ives Gandra da Silva Martins Filho (vice-presidente), filho do constitucionalista Ives Gandra, e do maranhense, formado em Brasília, João Batista Brito Pereira (corregedor).

Em depoimento à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), da qual foi diretor de 2009 a 2011, ele afirmou que as decisões dos juízes não podem ser simplesmente pontuais, mas devem considerar consequências econômicas e sociais. Segundo ele, o desafio é conciliar a valorização social do trabalho com a livre iniciativa. No ano passado, o TST recebeu 293 mil processos, ante 237 mil em 2012.

Portal da CUT Nacional, com informações das Agências de Notícias

Portal da CUT

Petroleiros iniciam encontro internacional para discutir demandas da rede sindical
26/02/2014

Iniciativa da FUP, CNQ e IndustriAll, evento acontece até esta quinta (27) no Rio de Janeiro
Escrito por: FUP

Começou nesta quarta-feira (26), no Rio de Janeiro, o Encontro Internacional da Rede Sindical de Trabalhadores da Petrobrás, com participação de lideranças sindicais da Argentina,

Brasil, Colômbia, Curaçao, China, Nigéria, Peru e Suíça. O Encontro é uma iniciativa da FUP, CNQ/CUT (Confederação Nacional do Ramo Químico e Petroquímico da CUT) e IndustriAll (Federação Internacional dos Trabalhadores dos Setores de Energia, Químico e Metalúrgicos) para discutir as principais demandas da Rede Sindical Internacional dos Trabalhadores da Petrobrás, promovendo a solidariedade de classe e a troca de experiências.

Haverá debates ao longo de toda esta quarta-feira e também na quinta-feira (27), quando a presidenta da Petrobrás, Maria das Graças Foster, deverá participar do Encontro. Além de delegações internacionais, o evento conta com a participação de representantes dos sindicatos filiados à FUP e da CNQ.

Na abertura do evento, o coordenador da FUP, João Antonio de Moraes, ressaltou a importância do encontro para o fortalecimento da Rede, que começou a ser construída há mais de dez anos para garantir o respeito às organizações sindicais e condições decentes de trabalho em todas as unidades da Petrobrás, não só no Brasil, como nos demais países onde atua.

Moraes ressaltou a importância do Acordo Global, firmado em dezembro de 2011 pela Petrobrás com a FUP e a IndustriAll (na época ICEM), onde a empresa se compromete a garantir condições seguras de trabalho, responsabilidade ambiental e respeito às representações sindicais nos países onde atua. "Esse acordo só se transformará de fato em um instrumento de mudanças e avanços nas relações de trabalho se os trabalhadores se organizarem", frisou o coordenador da FUP.

O petroleiro Roni Anderson, presidente do Observatório Social da CUT, explicou que tem acompanhado a construção e a implementação de várias redes sindicais de trabalhadores de multinacionais. "Cada vez mais empresas brasileiras estão se internacionalizando e os trabalhadores brasileiros estão agora tornando-se protagonistas na construção destas redes. É fundamental que os trabalhadores se organizem para garantir avanços nas relações e condições de trabalho", destacou.

A presidenta da CNQ, Lucineide Varjão, informou que a Confederação do Ramo Químico da CUT acompanha atualmente a construção de 11 redes sindicais de trabalhadores, entre elas a da Brasken, que está tendo muita resistência por parte da empresa. "A FUP sai na frente quando prioriza a implementação da rede e esperamos que a Petrobrás tenha a postura de avançar nas relações de trabalho nos diversos países em que atua", declarou.

A diretora da IndustriAll, a norte-americana Carol Bruce, ressaltou que a entidade tem grandes expectativas com a rede, pois é através desta organização que o Acordo Global firmado com a Petrobrás será fortalecido e poderá, de fato, se traduzir em avanços nos locais de trabalho. "Acompanhamos mais de 100 redes na IndustriAll e sabemos que essa é uma importante ferramenta para fortalecer os sindicatos na luta por melhores condições de trabalho", destacou.

Ainda pela manhã desta quarta-feira, os representantes da Petrobrás debaterão com os delegados a atuação da empresa no Brasil e no mundo. Na parte da tarde, o Encontro enfocará a organização sindical e condições de trabalho dos petroleiros no Brasil e no mundo.

Veja a programação do evento:

Quarta-feira (26/2)

9h30 – Abertura dos trabalhos do dia pela coordenação da FUP

10h00 às 11h00 - A Petrobras no Brasil e no mundo (parte 1)

- Coordenação: FUP

- Apresentação: Armando Tripodi – Gerência de Responsabilidade Social da Petrobras

10h00 às 11h15 – Intervalo para café

11h15 às 12h15 – A Petrobras no Brasil e no mundo (continuação)

- Coordenação: FUP

- Apresentação: Representantes e Técnicos da Petrobras

12h15 às 13h00 – Perguntas e participação do público

13h00 – Almoço

14h00 às 15h45 – Organização Sindical e condições de trabalho dos trabalhadores/as petroleiros/as no Brasil e no mundo

- Coordenação e Apresentação: FUP e convidados

15h45 às 16h00 – Intervalo para café

16h00 às 18h30 – Apresentação das delegações convidadas (Brasil e internacionais) por seus representantes através de síntese por regiões presentes

- Apresentação e Coordenação: FUP e convidados

18h30 – Encerramento das atividades do dia

Quinta-feira (27/2)

9h00 – Receptivo e abertura dos trabalhos do dia pela coordenação da FUP

9h30 às 10h45 – Apresentação sobre Redes de Trabalhadores - Brasil e Internacionais

- Coordenação: FUP

- Apresentação: Elias Soares – Coordenador de Projetos da IndustriAll Global Union

10h45 às 11h00 – Intervalo para café
11h00 às 13h00 – Rede Sindical Global dos Trabalhadores/as Petrobras
- Coordenação e Apresentação: FUP e convidados
13h00 – Almoço
14h00 – Discussão do cronograma para próximas reuniões (planejamento) / Avaliação e conclusão
18h30 – Encerramento e café de despedida
Local: Hotel Rio Othon Palace, Av. Atlântica, 3264, entrada pela Rua Xavier da Silveira, 07, Copacabana, Rio de Janeiro

Portal da CUT

HSBC é condenado por violar intimidade de funcionários afastados

26/02/2014

Documentos traziam detalhes sobre horários, hábitos de consumo e informações sobre cônjuges e filhos; Contraf-CUT destaca a gravidade das investigações

Escrito por: Daniele Silveira – Brasil de Fato

Uma empresa decide registrar a rotina e a vida pessoal de trabalhadores. Monta dossiês, com detalhes sobre horário de saída e volta para casa, local de destino, meio de transporte utilizado, hábitos de consumo e informações sobre cônjuges e filhos. Parece uma situação típica da ditadura civil-militar (1964-1985), mas ocorreu entre os anos de 1999 e 2003. E a empresa em questão é o banco inglês HSBC.

As violações em série cometidas pelo banco foram parar nos tribunais. No início de fevereiro, o HSBC foi condenado a pagar indenização de R\$ 67,5 milhões por danos morais coletivos. Em entrevista ao Brasil de Fato, uma das funcionárias do HSBC espionadas pela empresa confirma que foi alvo de investigações particulares. O processo tramita em segredo de Justiça, com o objetivo de preservar os dados pessoais dos trabalhadores contidos nos autos. Por isso, a trabalhadora é aqui identificada como Ana Maria.

A bancária conta que as investigações traziam detalhes da vida pessoal e que o dossiê feito pela empresa continha fotos que confirmam que os investigadores a seguiram. “Tinha nome, tinha endereço, tinha telefone, tinha tudo. Mas eles me fotografaram no mercado”, descreve.

Através da investigação da rotina de seus trabalhadores, o banco pretendia verificar se algum empregado afastado por doença recebia benefício previdenciário indevidamente. Ou seja, se estivesse apto para o trabalho ou realizando outras atividades remuneradas.

Ana Maria relata que quando sofreu a espionagem estava afastada do trabalho no banco por ter desenvolvido a Lesão por Esforço Repetitivo (LER). “Como que se você tivesse LER e não pudesse fazer mais nada na vida, fosse uma lesada, entende? Que você não tivesse que continuar tua vida, ir no mercado, fazer compras. Com dor ou sem dor você tem que continuar a viver sua vida, não é verdade?”, indaga.

Documentos levantados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) comprovaram que o banco contratou a empresa Centro de Inteligência Empresarial (CIE) para realizar investigações privadas. A CIE investigou, a pedido do HSBC, 152 pessoas de diversos estados do Brasil.

Para cada funcionário, era preparado um dossiê correspondente, que além das informações básicas pessoais também incluía consultas de antecedentes criminais, restrições creditícias, ajuizamento de ações trabalhistas e participação em sociedade comercial.

O secretário de Organização da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Miguel Pereira, destaca a gravidade dessas investigações, pois viola a intimidade e a vida privada dos trabalhadores.

“Ela fiscalizava as pessoas do ponto de vista da relação conjugal, que tipo de trabalho o marido ou a esposa tinha, que tipo de relação social essa pessoa continua mantendo, se ia à festa, se ia a bar, se ia à feira, o que consumia.”, revela Pereira.

Pereira afirma ainda que em alguns casos o investigador particular se passou por outra pessoa e entrou nas residências dos trabalhadores. “Inclusive se passando, esses espíões, por entrevistadores de empresas de cosméticos, entrevistadores de empresa de telefonia para ter acesso ao ambiente familiar dessas pessoas”, detalha.

Além da condenação por danos morais coletivos, o HSBC também foi orientado a não mais realizar investigações particulares ou qualquer outro ato que viole o lar, a intimidade ou a vida privada de seus empregados ou trabalhadores terceirizados. O não cumprimento das determinações implica em multa de R\$1 milhão por empregado investigado.

Pereira relata detalhes ainda mais absurdos dos agentes de espionagem, que “vasculharam lixo dessas residências para ver se consumia bebida alcoólica, que tipo de medicação tomava. Então,

tem várias fotos e várias descrições nesses dossiês relatando a rotina de vida, pessoal, desses trabalhadores”.

Na apuração do caso, o MPT ouviu o HSBC, que confirmou a contratação da CIE para investigar a vida e a rotina dos empregados que se encontravam afastados em razão de doença ocupacional. De acordo com a instituição financeira, caso a situação de fraude fosse verificada, o banco encaminharia as informas informações ao INSS.

Para Ana Maria, a desconfiança do banco é incabível e injustificável, já que para a concessão do benefício previdenciário o trabalhador já passou pela perícia médica.

“Uma vez que eu tinha laudos médicos, que eu tinha exames, comprovando que eu tinha a doença, passei por cirurgia nos braços. Eu fiz quatro cirurgias. E o banco me mandava na época, inclusive, para médicos que ele conhecia, que ele direcionava. E esse médico pedia exames também, os mesmos que eu já tinha, e dava o mesmo resultado”, denuncia Ana Maria.

Problemas de saúde

O drama vivido pela bancária Ana Maria reflete uma situação comum vivenciada por trabalhadores do setor. Em 2012, segundo dados dos INSS, 21.144 bancários foram afastados do trabalho por adoecimento, dos quais 25,7% com estresse, depressão, síndrome de pânico e transtornos mentais relacionados diretamente ao trabalho. Outros 27% se afastaram em razão de lesões por esforços repetitivos (LER ou DORT).

A organização do trabalho dentro dos bancos é amplamente questionada pelos trabalhadores. A pressão por cumprimento de metas abusivas e o assédio moral são problemas frequentemente apontados pela categoria. Essa realidade explica o alto número de afastamentos, mas não foi capaz de convencer o HSBC a mudar de postura.

O secretário de Organização da Contraf- CUT, Miguel Pereira, ressalta que as ações do banco extrapolam a questão de desrespeito dos direitos trabalhistas.

Ele afirma que o caso de espionagem dos trabalhadores coloca uma série de outras discussões que precisam ser feitas não somente no meio bancário, mas nas diversas instâncias políticas.

“Não é possível que no Brasil se admita ou que se tenha possibilidade das empresas atuarem dessa forma. Ainda bem que o judiciário compreendeu, mesmo ainda que em primeira instância, e aplicou uma multa relativamente significativa. Porque R\$60 milhões para um banco é praticamente nada. É muito pouco pelo tamanho da violência que gerou. A gente precisa se apropriar desse caso do HSBC, da multa que foi aplicada, e construir um processo pedagógico, legal, legislativo, para impedir que isso se repita”, pontua Pereira.

Na sentença, o juiz Felipe Calvet considerou “indiscutível que a empresa demandada extrapolou os limites do seu poder diretivo”. No documento, o juiz ainda declara “houve inequívoca violação à intimidade, vida privada, honra, imagem e domicílio dos empregados investigados, e principalmente houve flagrante desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana”. O magistrado conclui que “o banco reclamado infringiu normas Constitucionais péticas, garantidoras dos direitos e garantias fundamentais do cidadão.”

Reincidente

Em 2001, o HSBC foi acusado de ter realizado grampos nos telefones de dirigentes sindicais entre os anos de 1997 e 2000. Para a execução das escutas telefônicas e levantamento de dados confidenciais desses trabalhadores, o banco contratou a mesma empresa responsável pelas investigações dos funcionários com afastamento por licença-médica.

Pereira lembra que esse modo de agir foi uma espécie de cartão de visita. As violações de direitos já começaram a ser praticadas pelo banco logo no início de sua chegada ao país, em 1997.

“Então, também existe uma outra ação que tramita no Ministério Público Federal de grampo, provando que o banco também grampeava os dirigentes sindicais. Essa é uma prática nefasta de uma multinacional, de um grande banco, um dos maiores do mundo, que chega no Brasil, e acha que pode fazer tudo, abusar e abusar”, conclui.

A sentença de condenação do HSBC decorre de ação civil pública ajuizada a pedido de entidades representativas dos trabalhadores do setor. No primeiro semestre de 2013, o banco inglês lucrou 153 milhões de dólares no Brasil.

Portal da CUT

PE: Metroviários anunciam greve geral no sábado, dia 1º de março

26/02/2014

Categoria reivindica cumprimento do Coletivo de Trabalho proposto em 2013

Escrito por: CNTT-CUT

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e Conexos do Estado de Pernambuco (Sindmetro-PE/CUT) protocolou, na segunda-feira (24) um aviso de

paralisação da categoria para as companhias de metrô e trem em Recife. Os metroviários aprovaram, em assembleia realizada no dia 20, a greve geral no dia 1º de março, próximo sábado, data que inicia o desfile do Galo da Madrugada.

Segundo o Sindicato, a categoria protesta com a postura do Metrorec e da Companhia Brasileira de Trens Urbanos que se recusam em cumprir o Acordo Coletivo de Trabalho da Campanha Salarial do ano passado.

Uma nova reunião foi proposta pelo Sindicato nesta quinta-feira (27). Se, até lá, não houver avanço a paralisação está mantida para sábado.

Portal da CUT

Fiocruz denuncia mudanças na legislação de agrotóxicos

26/02/2014

Em carta, entidade diz que desregulação sobre os agrotóxicos está associado aos ataques do Agronegócio

Escrito por: MST

No último dia 20 de fevereiro, o Conselho Diretor da Fiocruz aprovou por unanimidade uma carta aberta à sociedade brasileira alertando para os riscos causados pelas recentes modificações na legislação que regula o uso de agrotóxicos no país.

De acordo com a carta, o "processo em curso de desregulação sobre os agrotóxicos que atinge especialmente o setor saúde e ambiental no Brasil, está associado aos constantes ataques diretos do segmento do agronegócio às instituições e seus pesquisadores que atuam em cumprimento as suas atribuições de proteção à saúde e ao meio ambiente."

A carta aponta ainda que estudos internacionais não deixam dúvidas sobre os danos causados pelos agrotóxicos, afetando sobretudo "trabalhadores e comunidades rurais que estão sistematicamente expostos a estes produtos, inclusive por meio de pulverizações aéreas de eficácia duvidosa".

Através da carta, a Fiocruz ataca diretamente a lei que permite a importação de agrotóxicos sem consulta ao Ministério da Saúde e do Meio Ambiente, e solicita sua revogação imediata. A entidade também alerta para um projeto de lei que tem o mesmo o objetivo.

Finalmente, a instituição "se coloca à inteira disposição das autoridades do executivo, do legislativo, do judiciário, do Ministério Público e da sociedade civil para participar das discussões sobre o marco regulatório de agrotóxicos, na busca de alternativas sustentáveis, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica."

Veja íntegra da carta:

Carta aberta da Fiocruz frente às atuais mudanças na regulação de agrotóxicos e perdas para saúde pública

A Fiocruz, por meio de posicionamento unânime do seu Conselho Deliberativo (CD), reunido no dia 20 de fevereiro de 2014, manifesta que a Legislação de Agrotóxicos no Brasil (Lei 7.802/89 e Decreto 4.074/2002) é uma conquista da sociedade brasileira dentro de um processo participativo-democrático e amparado pela Constituição da República de 1988.

Nela o Estado, com a participação da sociedade civil, tem o dever de avaliar e controlar o seu uso, por meio de mecanismos intersetoriais de órgãos da saúde, agricultura e meio ambiente. No caso da saúde, cabe à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a execução destas atividades.

A crescente pressão dos conglomerados econômicos de produção de agroquímicos para atender as demandas do mercado (agrotóxicos, fertilizantes / micronutrientes, domissanitários) e de commodities agrícolas, tem resultado numa tendência de supressão da função reguladora do Estado.

As legislações recentemente publicadas e os correspondentes projetos de lei em tramitação, ao flexibilizarem a função regulatória do estado, tendem a desproteger a população dos efeitos nocivos inerentes aos agrotóxicos, principalmente, e de maneira mais grave, àqueles segmentos sociais de maior vulnerabilidade: trabalhadores e moradores de áreas rurais, trabalhadores das campanhas de saúde pública e de empresas de desinsetização, populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

A literatura científica internacional é inequívoca quanto aos riscos, perigos e danos provocados à saúde pelas exposições agudas e crônicas aos agrotóxicos, particularmente entre os trabalhadores e comunidades rurais que estão sistematicamente expostos a estes produtos, inclusive por meio de pulverizações aéreas de eficácia duvidosa.

A Fundação Oswaldo Cruz, enquanto uma das principais instituições de produção tecnológica, pesquisa, ensino técnico e pós-graduado em saúde do país, tem o compromisso de produzir conhecimento para a proteção, promoção e cuidado da saúde.

Na questão específica do tema agrotóxicos, em perspectiva interdisciplinar, a Fiocruz historicamente oferta cursos e desenvolve pesquisas voltadas para o aprimoramento da gestão pública; realiza diagnóstico de agravos de interesse da saúde pública; implementa programas inovadores de vigilância; desenvolve e aplica metodologias de monitoramento e avaliação toxicológica, epidemiológica e social; e realiza a investigação de indicadores preditivos de danos e a comunicação científica.

Entre às atividades de serviços prestados, a Fiocruz integra o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e as ações de Vigilância à Saúde. Mantém sob sua coordenação o Sistema Nacional de Informação Tóxico-Farmacológica (Sinitox) que disponibiliza desde 1985 informações sobre os agravos relacionados aos agrotóxicos com base nas notificações coletadas junto aos centros de informação e assistência toxicológica distribuídos no país.

Participou diretamente das atividades de reavaliação e decisão sobre os agrotóxicos que provocam efeitos agudos e crônicos sobre a saúde humana conforme dados experimentais, clínicos e epidemiológicos obtidos em trabalhadores e em consumidores, onde são suspeitos de possuir efeitos carcinogênicos, teratogênicos, mutagênicos, neurotóxicos e de desregulação endócrina.

Na cooperação técnica destacam-se sua participação direta junto ao Sistema Único de Saúde, órgãos colegiados, agências internacionais (OMS/OPS/IARC/IPCS; OIT; FAO) e organizações multilaterais (Convenções de Estocolmo, da Basiléia, Roterdã) voltados aos processos de regulação de produtos e serviços de risco químico /agrotóxicos.

Colabora com órgãos Legislativos, Ministério Público e Sociedade Civil Organizada em iniciativas que visam aprimorar a atuação no controle de agrotóxicos e fomento a produção limpa e segura.

Este processo em curso de desregulação sobre os agrotóxicos que atinge especialmente o setor saúde e ambiental no Brasil, está associado aos constantes ataques diretos do segmento do agronegócio às instituições e seus pesquisadores que atuam em cumprimento as suas atribuições de proteção à saúde e ao meio ambiente.

Frente a estes ataques a Fiocruz, o Instituto Nacional de Câncer e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva já responderam repudiando-os mediante nota pública, reafirmando assim seu compromisso perante a sociedade de zelar pela prevenção da saúde e proteção da população.

Em suas relações com a sociedade, de acordo com preceitos éticos e do SUS, a Fiocruz participa de diversas iniciativas de esclarecimento e mobilização tais como o "Dossiê da Abrasco - Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na Saúde" assim como da "Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida", do "Grito da Terra"; "Fóruns Nacional e Estaduais de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos" entre outros mecanismos e instrumentos que visam buscar alternativas ao uso de agrotóxicos.

Ante o exposto, a Fundação Oswaldo Cruz contesta a Lei que permite o registro temporário no País em casos de emergência fitossanitária ou zootossanitária sem avaliação prévia dos setores reguladores da saúde e do meio ambiente (Lei nº 12.873 /13 e o Decreto nº 8.133/13), pugnando por sua revogação imediata.

A Fiocruz se coloca também contrária a outros Projetos de Lei que tenham o mesmo sentido, como o PL 209/2013 do Senado que pretende retirar definitivamente ou mesmo restringir a atuação das áreas de saúde e meio ambiente do processo de autorização para registro de agrotóxicos no Brasil.

Declara, ainda, que se coloca à inteira disposição das autoridades do executivo, do legislativo, do judiciário, do Ministério Público e da sociedade civil para participar das discussões sobre o marco regulatório de agrotóxicos, na busca de alternativas sustentáveis, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Frente a esse cenário a Fiocruz formalizou um Grupo Trabalho sobre agrotóxicos entre seus pesquisadores para tratar de forma sistemática o tema.

A Fiocruz convoca a sociedade brasileira a tomar conhecimento sobre essas inaceitáveis mudanças na lei dos agrotóxicos e suas repercussões para a saúde e a vida.

Portal CTB

PNE: Comissão especial vai votar relatório final no dia 11 de março

A comissão especial que analisa o Plano Nacional de Educação (PNE - PL 8035/10) realizou, nesta terça-feira (25), audiência pública com a participação de representantes do setor para discutir o substitutivo do Senado.

Entre as entidades convidadas, foram ouvidos representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); do Ministério da Educação, da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), da Confederação

Nacional dos Municípios (CNM), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), e do movimento Todos Pela Educação. Ao todo, mais de 25 entidades estiveram presentes.

Para a coordenadora-geral da Contee, Madalena Guasco Peixoto, o substitutivo apresentado pelos senadores é um retrocesso à proposta aprovada pela Câmara. "Mesmo com alguns pontos positivos, que podemos discutir, a proposta [do Senado] representa retrocesso. É preciso ampliar o acesso à educação pública, bandeira que nós não abrimos mão.

Sobre as alterações da destinação dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação – o texto aprovado pelos senadores não garante a aplicação das verbas exclusivamente no ensino público, Peixoto afirmou que "é um processo que vai na contramão do fortalecimento da educação pública". "No nosso entender, vai na contramão de um projeto soberano para o nosso País. Nosso país só vai ser um país democrático se nós tivermos uma educação pública, inclusiva e de qualidade".

Propostas da Conae

O coordenador do Fórum Distrital de Educação, Clerton Oliveira Evaristo, defendeu a aprovação do texto original da Câmara, "que é o que mais nos atende". No mesmo sentido, Aléssio Costa Lima, vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), disse que a proposta aprovada pelos deputados é a que mais se aproxima do que foi discutido na Conferência Nacional de Educação (Conae).

Educação pública

Durantes os pronunciamentos, as entidades criticaram a demora na tramitação na matéria e, com exceção dos representantes do setor privado, todos defenderam investimento dos 10% do PIB exclusivamente para a educação pública.

Para a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Virgínia Barros, o investimento dos 10% na educação pública tem o objetivo de "diminuir a mercantilização e dar celeridade à ampliação do ensino público de qualidade". Ela destacou que a educação está passando por uma "desnacionalização", com cada vez mais alunos nas universidades privadas e menos nas instituições públicas.

O relator da proposta na comissão especial, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), quer reincluir no relatório final a obrigatoriedade do investimento de 10% do PIB em educação pública. O texto do Senado prevê investimentos em educação, o que contempla também as entidades privadas.

Luta da CTB

Na última quarta-feira (19), em sessão na comissão especial, a dirigente da CTB Marilene Betros ressaltou a importância do investimento nas escolas públicas, e considerou positiva a atuação dos movimentos sociais no âmbito da comissão.

"A luta do movimento social é que tenha mais investimento em escolas públicas. Mais investimento significa melhores salários para os profissionais da educação, mais incentivo à formação destes profissionais, mais qualidade na educação pública. A luta da CTB é que o PNE seja votado o mais rápido possível", disse a dirigente.

Metas

Ainda na audiência pública, o secretário-executivo do MEC, Luiz Cláudio Costa, disse que o PNE vai nortear as ações da pasta. No entanto, afirmou que há um consenso de que as metas não são fáceis de serem cumpridas. "As diferenças [entre os textos da Câmara e do Senado] são muito pequenas; e os avanços, muito grandes", ressaltou.

Vários deputados se pronunciaram a favor do projeto nos termos do texto aprovado pela Câmara, que melhor representa a Conae.

Votação do PNE

Ao final da audiência, a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que presidia a sessão naquele momento, disse que o relatório final do PNE será colocado em discussão e votado no dia 11 de março.

Depois disso, o texto ainda precisa passar por votação do Plenário, para, posteriormente, seguir para sanção da presidente Dilma Rousseff. Parlamentares ligados ao tema acreditam que isto será possível ainda neste semestre.

De Brasília,

Daiana Lima - Portal CTB

Portal da Força Sindical

No 1º dia de greve, empregados da Marfrig entram, mas não trabalham

Ontem foi o primeiro dia da paralisação dos 280 trabalhadores da unidade de negócios da Marfrig em Santo André. Segundo informações de trabalhadores que não quiseram se identificar,

após reunião do lado de fora da firma, que aconteceu por volta das 8h, os funcionários assumiram seus postos de trabalho, porém, ficaram de braços cruzados.

A partir de hoje, e até que a empresa negocie com eles, os profissionais não vão entrar na companhia.

Segundo o diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de São Paulo e Região, José Ferreira, as negociações progrediram. "A empresa alega que está em situação financeira difícil. Estamos fazendo de tudo para resgatar o que é de direito do trabalhador", declarou.

Em negociações ocorridas ontem com a Marfrig, a entidade conseguiu alguns avanços. O trabalhador que aceitar ir para a unidade de Itupeva vai ganhar bônus no valor de um salário, após completar um ano de serviço, além do 13º salário.

"Como o transporte, que será cedido pela empresa, leva em média uma hora de Santo André até lá, queremos que a companhia considere o tempo de ida e volta como uma espécie de banco de horas, onde o trabalhador vai poder sacar em dinheiro ou em folga. Por enquanto, só conseguimos que a Marfrig considerasse uma hora, mas vamos continuar tentando", explicou Ferreira.

De acordo com o sindicato, o trabalhador que optar por não ser transferido, será demitido com todos os direitos pagos. Porém, a firma exigiu que o período de aviso prévio fosse cumprido com treinamento de um novo profissional para a mesma função. "A empresa também ofereceu a realocação de 50 vagas no centro de distribuição (que deve começar a funcionar em maio, na unidade de Santo André). Além da possibilidade de os trabalhadores se candidatarem a vagas de emprego em outras unidades da Marfrig de todo o País", destacou Ferreira.

Procurada pela reportagem do Diário, a Marfrig manteve seu posicionamento de que continua em negociação com o sindicato.

Hoje, às 8h, há outra assembleia marcada na frente da companhia, onde a entidade vai apresentar as possíveis mudanças.

HISTÓRICO

A empresa anunciou a saída de Santo André para Itupeva, no Interior, no dia 11. A mudança será feita até o fim de março. Conforme posicionamento oficial da empresa, "os colaboradores das unidades Chedid Jafet em São Paulo, Anhanguera e Santo André serão gradativamente transferidos para Itupeva."

De acordo com denúncia recebida por trabalhadores, os funcionários das áreas de recursos humanos, finanças, comercial e de tecnologia da informação foram informados por diretores da unidade sobre a transferência.

Foi dito também que, quem não pudesse ir para a nova unidade, teria que pedir demissão. Os diretores disseram que não haveria transporte permanente para quem fosse.

Portal da Força Sindical

Metalúrgicos de Anápolis entram com ação para recuperar as perdas do FGTS

O Sindicato dos Metalúrgicos de Anápolis reuniu nesta manhã de quarta, 26, os trabalhadores da Empresa Gravia, em assembleia, para informá-los de que os processos para terem a conta do seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) corrigida pela inflação, já começam a ter vitória na justiça. Em São Paulo, pela primeira vez um trabalhador ganhou, na Justiça, esta demanda. O Supremo Tribunal Federal também já sinalizou favorável aos trabalhadores, representados através de sua central, Força Sindical. A Gravia tem cerca de 700 trabalhadores metalúrgicos dos quais 92% são sindicalizados e estão colocando suas ações para correção do FGTS nas mãos do sindicato para dar andamento.

Portal da UGT

Centrais apoiam greve dos Rodoviários de BH e Região

Reunidas na sede da União Geral dos Trabalhadores - UGT-Minas, no Centro da Capital, na segunda-feira, as Centrais sindicais declararam irrestrito apoio às justas reivindicações e a greve dos Rodoviários de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Após cinco reuniões realizadas entre as partes, os patrões insistem em alegar impossibilidade de conceder reajuste, mesmo diante do anúncio de lucro líquido de R\$ 53,4 milhões obtido nos quatro primeiros anos das concessões do Sistema de Transporte Público por ônibus de Belo Horizonte, depois da renovação de 2008.

Já em janeiro, a Prefeitura de Belo Horizonte aliviou as empresas de ônibus que rodam na cidade com o desconto de R\$ 20 milhões, referentes ao CGO (Custo de Gerenciamento Operacional), em congelamento válido por 90 dias.

Antes, em setembro de 2013, da sanção de lei pela presidente Dilma Rousseff sancionou lei reduzindo a zero as alíquotas das contribuições sociais PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita

do transporte urbano municipal, medida que beneficia empresas do transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

Também consideramos inaceitável a fixação de multa pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3 Região para o cumprimento de cota mínima de coletivos transitando e para o descumprimento das determinações, como já ocorrera na greve dos Metalúrgicos.

Repudiamos qualquer hipótese do aumento das passagens, lembrando que, em junho do ano passado, milhares de pessoas foram às ruas reclamar da baixa qualidade dos serviços públicos, principalmente o transporte, considerado caro e desconfortável pela maioria da população.

UGT – União Geral dos Trabalhadores

NCST – Nova Central Sindical dos Trabalhadores

CUT – Central única dos Trabalhadores

Força Sindical

CSP-Conlutas - Central Sindical e Popular

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

Portal Mundo Sindical

Rodoviários fazem paralisação em quatro regiões do DF nesta quarta

Rodoviários que operam nas regiões do Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Gama iniciaram uma paralisação de 24 horas na manhã desta quarta-feira (26). Segundo o sindicato da categoria, funcionários das empresas que deixaram de atuar nessas áreas foram demitidos, mas não foi dada baixa na carteira de trabalho e eles estão impedidos de ser contratados pelas companhias que venceram a licitação do transporte público do DF.

O presidente do Sindicato dos Rodoviários do DF, João Osorio, diz que a paralisação reúne cerca de 2.500 funcionários que trabalhavam nas empresas Planeta, Pioneira, Cidade Brasília e Satélite, que pertencem ao grupo Constantino.

“Esse grupo não rescindiu o contrato com os funcionários. Eles foram colocados na rua, não recebem salários e estão impedidos de ser contratados por outra empresa”, afirma Osorio.

Os rodoviários também querem que os 400 rodoviários demitidos pela viação Planeta, que atuava em Ceilândia, sejam recontratados pelas companhias que assumiram a operação na região. Segundo o sindicato, os funcionários querem continuar a trabalhar perto do local onde moram.

A Viação Pioneira, única do grupo que continua operando no transporte público do DF, afirma que não tem condições de quitar as dívidas trabalhistas, mas informou que vai convocar os rodoviários para recolocá-los em outras linhas.

R\$ 120 milhões

Em 22 de outubro, os deputados distritais aprovaram em plenário o projeto de lei que permitiria ao GDF pagar as rescisões trabalhistas dos rodoviários dispensados pelas empresas que estão deixando o sistema de transporte público. O repasse total seria de R\$ 120 milhões.

A iniciativa foi contestada pelo Ministério Público. O promotor de Justiça Antônio Suxberger afirmou que os deputados não poderiam criar despesa para o transporte público, o que é vedado pela Lei Orgânica do DF.

No dia 17 de dezembro, o Conselho Especial do Tribunal de Justiça acatou em caráter liminar a contestação do MP. Não há prazo para o julgamento do mérito.

Fonte: G1 - 26/02/2014

Portal Mundo Sindical

Marfrig sinaliza disposição de oferecer pacote de benefícios

Em negociação com o Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Alimentação de São Paulo e Região, a Marfrig sinalizou ontem que estaria disposta a abrir PDV (Plano de Demissão Voluntária) para os trabalhadores da unidade de Santo André que não quiserem se transferir para filial da companhia em Itupeva, no interior de São Paulo.

Segundo o diretor do sindicato Rubens Gomes, as conversas com a empresa ontem à tarde avançaram e há a perspectiva de que saia um acordo hoje ao longo do dia. Até segunda-feira, a empresa não mostrava disposição em oferecer benefícios para os empregados que não mostrassem interesse em se mudar da região. A Marfrig havia anunciado, no dia 11, a transferência das operações para o Interior, que será realizada até o fim de março, e a realocação gradual dos funcionários das unidades Chedid Jafet, em São Paulo, Anhanguera e Santo André, para Itupeva. E quem não aceitasse ir para lá, teria de pedir demissão.

ASSEMBLEIA - Os cerca de 280 trabalhadores da unidade do Grande ABC participaram, ontem pela manhã, de assembleia, que rejeitou a proposta que o frigorífico havia feito na segunda-feira. A oferta, considerada insuficiente, segundo o diretor da entidade José Ferreira, incluía o pagamento de R\$ 1.500 de auxílio-mudança para os empregados de Santo André que se

interessassem em trabalhar em Itupeva e, depois de um ano, salário de bonificação e PLR (Participação nos Lucros e Resultados).

A empresa se comprometia a bancar seis meses de ônibus fretado, para os que ficassem na região, mas que fossem todos os dias para a unidade do Interior. Além disso, a cada dia trabalhado, o funcionário acumularia uma hora em banco de horas, pelo tempo do percurso de ida para o local de trabalho – que é de aproximadamente uma hora. A entidade tenta ampliar esse ganho, para contemplar o tempo da volta para casa, e pleiteia também que o benefício seja permanente. Procurada pela equipe do Diário, a Marfrig informou apenas que está em negociação com o sindicato.

Gomes salientou que o “calcanhar de Aquiles” é a questão dos que não têm interesse em sair da região. “A maioria não quer ir (para Itupeva) porque é distante e tem família aqui. Queremos um plano demissional”, afirmou uma trabalhadora, que preferiu não se identificar. Haverá nova assembleia hoje, às 6h.

Fonte: Leone Farias/Diário do Grande ABC - 26/02/2014

Portal Mundo Sindical

Embraer: decisão de sindicato não altera pedido da AA

A Embraer informou nesta quarta-feira que a decisão do sindicato de pilotos da norte-americana American Eagle não altera o pedido da controladora da companhia, a American Airlines (AA), que permanece na carteira de pedidos da fabricante brasileira de aeronaves.

Há cerca de duas semanas, o sindicato de pilotos da American Eagle rejeitou um acordo trabalhista que garantiria concessões em contratos e permitiria a renovação da frota com aviões da Embraer de cerca de 70 passageiros.

Fonte: Reuters - 26/02/2014

Diap, 28/02/14

Partidos divulgam os indicados para presidir as 22 comissões da Câmara

Já foram divulgados os nomes dos 22 indicados dos partidos para presidir as comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Os colegiados foram instalados nesta quarta-feira (26). Durante a primeira reunião de cada um, serão eleitos o presidente e os três vice-presidentes de cada colegiado.

A bancada do PT decidiu na noite de terça-feira (25) que o deputado Assis do Couto (PR) vai presidir a Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), o indicado do partido é o deputado Vicente Candido (SP). Para a Comissão de Seguridade Social e Família, é o deputado Amaury Teixeira (PT-BA).

A Comissão Mista de Orçamento, que também caberá ao PT, será presidida pelo deputado Devanir Ribeiro (SP). O relator será um senador do PMDB.

Já o DEM, que, pela divisão, ficou com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, decidiu nesta terça-feira pelo deputado Pauderney Avelino (AM).

O PSC, a quem foi designado o comando da Comissão de Legislação Participativa, divulgou terça-feira o nome do deputado Zequinha Marinho (PA) para presidir o colegiado.

As indicações costumam ser confirmadas nas urnas em cada comissão, mas há exceções. Em 2010, por exemplo, o deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) derrotou o candidato indicado pelo PMDB, Mendes Ribeiro Filho (RS), e conquistou a presidência da CCJ com uma candidatura avulsa.

Portal da CUT

Mentiras e verdades sobre a situação na Venezuela

26/02/2014

"Mídias venezuelana e internacional difundem uma versão distorcida dos fatos; a aposta da direita é tornar o país ingovernável"

*Escrito por: Igor Fuser**

Nos últimos dias a Venezuela voltou às manchetes dos jornais do mundo devido a uma série de manifestações de rua. Abaixo, apresento uma série de mentiras alardeadas pela chamada “grande mídia” e as suas respectivas verdades (*a CUT divulgou nota oficial sobre acontecimentos recentes na Venezuela, leia em link abaixo e no portal*).

Mentira: Os opositores saíram às ruas porque estão descontentes com os rumos do país e querem melhorar a situação.

Verdade: O que está em curso na Venezuela é o chamado “golpe em câmera lenta”, que consiste em debilitar gradualmente o governo até gerar as condições para o assalto direto ao poder. O atual líder opositorista, Leopoldo López, não esconde esse objetivo, ao pregar aos seus

partidários que permaneçam nas ruas até o que ele chama de “La Salida”, ou seja, a derrubada do governo. O roteiro golpista, elaborado com a participação de agentes dos Estados Unidos, combina as manifestações pacíficas com atos violentos, como a destruição de patrimônio público, bloqueio de ruas e atentados à vida de militantes chavistas. A mídia venezuelana e internacional tem um papel de destaque nesse plano, ao difundir uma versão distorcida dos fatos. A aposta da direita é tornar o país ingovernável. Trata-se de criar uma situação de caos até o ponto em que se possa dizer que o país está “à beira da guerra civil” e pedir uma intervenção militar de estrangeiros. Outro tópico desse plano é a tentativa de atrair uma parcela das Forças Armadas para a via golpista. Mas isso, até agora, tem se mostrado difícil.

Mentira: A Venezuela é um regime autoritário, que impõe sua vontade sobre os cidadãos e reprime as manifestações opositoras.

Verdade: Existe ampla liberdade política no país, que é regido por uma Constituição democrática, elaborada por uma assembleia livremente eleita e aprovada em plebiscito. Nos 15 anos desde a chegada de Hugo Chávez à presidência, já se realizaram 19 consultas à população – entre eleições, referendos e plebiscitos – e o chavismo saiu vitorioso em 18 delas. Foram eleições limpas e transparentes, aprovadas por observadores estrangeiros das mais diferentes tendências políticas, inclusive de direita. O ex-presidente estadunidense Jimmy Carter, que monitorou uma dessas eleições, declarou que o sistema de votação venezuelano é “o melhor do mundo”. Esse mesmo sistema eleitoral viabilizou a conquista de inúmeros governos estaduais e prefeituras pela oposição. Há no país plena liberdade de expressão, sem qualquer tipo de censura.

Mentira: Quem está protestando contra o governo é porque “não aguenta mais” os problemas do país.

Verdade: A tentativa golpista, na qual se inserem as manifestações da direita, reflete o desespero da parcela mais extremista da oposição, que não se conforma com o resultado das eleições de 2013. Esse setor desistiu de esperar pelas próximas eleições presidenciais, em 2019, ou mesmo pelas próximas eleições legislativas, em 2016, ou ainda pela chance de convocar um referendo sobre o mandato do presidente Nicolás Maduro, no mesmo ano. Essas são as regras estabelecidas pela Constituição – qualquer coisa diferente disso é golpe de Estado. A direita esperava que, com a morte de Chávez, o processo de transformações sociais conhecido como Revolução Bolivariana, impulsionado pela sua liderança, entrasse em declínio. Apostava também na divisão das fileiras chavistas, abrindo caminho para seus inimigos. A vitória de Maduro – o candidato indicado por Chávez – nas eleições de abril de 2013, ainda que por margem pequena (1,7% de diferença), frustrou essa expectativa. Uma última cartada da oposição foi lançada nas eleições municipais de dezembro do ano passado. Seu líder, Henrique Capriles (duas vezes derrotado em eleições presidenciais), disse que elas significariam um “plebiscito” sobre a aprovação popular do governo federal. Mas os votos nos candidatos chavistas superaram os dos opositores em mais de 10%, e o governo ganhou em quase 75% dos municípios. Na época, a economia do país já apresentava os problemas que agora servem de pretexto para os protestos, e ainda assim a maioria dos venezuelanos manifestou sua confiança no governo de Maduro. Diante disso, um setor expressivo da oposição resolveu apelar para o caminho golpista.

Mentira: O governo está usando violência para reprimir os protestos.

Verdade: Nenhuma manifestação foi reprimida. O único confronto entre policiais e opositores ocorreu no dia 17 de fevereiro, quando, ao final de um protesto, grupos de choque da direita atacaram edifícios públicos no centro de Caracas, incendiando a sede da Procuradoria-Geral da República e ferindo dezenas de pessoas. Nestas últimas semanas, as ações violentas da oposição têm se multiplicado pelo país. A casa do governador (chavista) do Estado de Táchira foi invadida e depredada. Caminhões oficiais e postos de abastecimento têm sido destruídos. Recentemente, duas pessoas, que transitavam de motocicleta, morreram devido aos fios de arame farpado que opositores estendem a fim de bloquear as ruas.

Mentira: O governo controla a mídia.

Verdade: Cerca de 80% dos meios de comunicação pertencem a empresas privadas, quase todas de orientação opositora. Mas o governo recebe o apoio das emissoras estatais e também de centenas de rádios e TVs comunitárias, ligadas aos movimentos sociais e às organizações de esquerda. Isso garante a pluralidade política e ideológica na mídia venezuelana – algo que, infelizmente, não existe no Brasil, onde a direita controla quase totalmente os meios de comunicação.

Mentira: Os Estados Unidos acompanham a situação à distância, preocupados com os direitos humanos e os valores democráticos, para que não sejam violados.

Verdade: Desde a primeira posse de Chávez, em 1999, o governo estadunidense tem se esforçado para derrubar o governo venezuelano e devolver o poder aos políticos de direita. Está amplamente comprovado o envolvimento dos Estados Unidos no golpe de 2002, quando Chávez foi

deposto por uma aliança entre empresários, setores militares e emissoras de televisão. Desde então, a oposição tem recebido dinheiro e orientação de Washington.

Mentira: Os problemas no abastecimento transformaram a vida cotidiana num inferno.

Verdade: Existe, de fato, a falta constante de certos bens de consumo, como roupas, produtos de higiene e limpeza e peças para automóveis, mas o acesso aos produtos essenciais (principalmente alimentos e medicamentos) está garantido para o conjunto da população. Isso ocorre graças à existência de uma rede de 23 mil pontos de venda estatais, espalhados por todo o país, sobretudo nos bairros pobres. Lá, os preços são pelo menos 50% menores do que os valores de mercado, devido aos subsídios oficiais. É importante ressaltar que o principal motivo da escassez não é nem a inexistência de dinheiro para realizar importações nem a incapacidade do governo na distribuição dos produtos. Grande parte das mercadorias em falta são contrabandeadas para a Colômbia por meio de uma rede clandestina à qual estão ligados empresários de oposição.

Mentira: A atual onda de protestos é protagonizada pela juventude, que está em rebelião contra o governo.

Verdade: Os jovens que participam dos protestos pertencem, na sua quase totalidade, a famílias das classes alta e média-alta, que constituem a quarta parte da população. Isso pode facilmente ser constatado pela imagem dos estudantes que aparecem na mídia. São, quase todos, brancos – grupo étnico que não ultrapassa 20% da população venezuelana, cuja marca é a mistura racial. E não é por acaso que os redutos dos jovens opositores sejam as faculdades particulares e as universidades públicas de elite. Os jovens opositores são minoria. Do contrário, como se explica que o chavismo ganhe as eleições em um país onde 60% da população têm menos de 30 anos? Uma pesquisa recente, com base em 10 mil entrevistas com jovens entre 14 e 29 anos, revelou que 61% deles consideram o socialismo como a melhor forma de organização da sociedade, contra 13% que preferem o capitalismo.

Mentira: A economia venezuelana está em colapso.

Verdade: O país enfrenta problemas econômicos, alguns deles graves, como a inflação de mais de 56% nos últimos 12 meses. Mas não se trata de uma situação de falência, como ocorre na Europa. A Venezuela tem superávit comercial, ou seja, exporta mais do que importa, e possui reservas monetárias para bancar ao menos sete meses de compras no exterior. É um país sem dívidas. A principal dificuldade econômica é a falta de crédito, causada pelo boicote dos bancos internacionais.

Mentira: A insegurança pública está cada vez pior.

Verdade: A Venezuela enfrenta altos níveis de criminalidade, assim como outros países latino-americanos, inclusive o Brasil. Esse tema é uma das prioridades do governo Maduro, que chegou a mobilizar tropas do Exército no policiamento de certas áreas urbanas, com bons resultados. A melhoria da segurança pública foi justamente o tema do diálogo entre o governo e a oposição, iniciado no final do ano passado, por iniciativa do presidente. O próprio Chávez, em seu último mandato, criou a Polícia Nacional Bolivariana, a fim de compensar as deficiências do aparato de segurança tradicional, famoso pela corrupção. Outra estratégia é o diálogo com as "gangues" juvenis a fim de afastá-las do narcotráfico e atraí-las para atividades úteis, como o trabalho na comunidade e a produção cultural. A grande diferença entre a Venezuela e o Brasil, nesse ponto, é que lá o combate à criminalidade ocorre num marco de respeito aos direitos humanos. A política de segurança pública venezuelana descarta o extermínio de jovens nas regiões pobres, como ocorre no Brasil.

** IGOR FUSER - é professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC), doutor em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Mestrado em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação Santiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUC-SP) (2005). Graduação em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero, de São Paulo (1982). Reuter Fellow pelo Green College, University of Oxford (1993). Autor dos livros "Energia e Relações Internacionais" (a ser lançado em 2012), "Petróleo e Poder - O Envolvimento Militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico" (Ed.Unesp, 2008), "Geopolítica - O Mundo em Conflito" (Ed.Salesiana, 2006), "A Arte da Reportagem" (org. Ed.Scritta, 1996) e "México em Transe" (Ed.Scritta, 1995).*

Fonte: Brasil de Fato

<http://cut.org.br/destaques/24173/nota-da-cut-sobre-as-manifestacoes-na-venezuela>

Portal Gestão Sindical

Brasil tem de reconhecer a terra indígena, diz especialista

25/02/2014 por Valor Econômico

Por: Daniela Chiaretti, Valor Econômico

O filósofo Márcio Santilli, 58 anos, 30 deles trabalhando com a questão indígena, diz que o Brasil não suporta mais as pendências na demarcação das terras indígenas.

"Deixar de demarcar é represar o conflito e deixar que exploda com mais violência depois", diz. Ele critica a gestão Dilma Rousseff: "É um governo permeável à pressão ruralista, o que desequilibra a correlação de forças. Mais permeável do que foi o governo militar."

Sócio-fundador do Instituto Socioambiental (ISA), ONG reconhecida pelo trabalho com povos indígenas, ele rebate o dito ruralista de que no Brasil "há muita terra para pouco índio", com um raciocínio que termina em "no Brasil há muita terra para pouco fazendeiro".

Ex-presidente da Funai, Santilli, diz que o órgão sempre foi "a Geni da República" e que não há como fazer um trabalho com tanta demanda sem recursos, técnicos e mecanismos de indenização.

O indigenista explica por que o Congresso "dará um tiro no pé" se trouxer para si o processo de demarcação e critica a nova proposta do Ministério da Justiça. Embora veja o caso dos guaranis-kaiowas no Mato Grosso do Sul como o "exemplo mais gritante de omissão histórica do Estado", diz que há solução. Veja aqui trechos da entrevista que concedeu ao Valor:

Valor: Os ruralistas dizem que há "muita terra para pouco índio". Que são 890 mil e ocupam 13% do território nacional. O que acha disso?

Márcio Santilli: É importante entender o seguinte: 98,5% das terras indígenas ficam na Amazônia Legal brasileira, onde vive perto de 60% da população indígena. Os outros 40% estão confinados em 1,5% da extensão total das terras indígenas. Enquanto o processo de demarcação na Amazônia Legal avançou, no restante do país está historicamente atrasado. E é bem difícil fazer o reconhecimento das terras ali dada a densidade de ocupação do território. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, a população indígena é expressiva, perto de 80 mil pessoas. Vivem em terras menores ao que o governo destina para assentamentos de reforma agrária. Simplesmente não têm condições de sobreviver.

Valor: Na Amazônia, a extensão das terras indígenas é grande.

Santilli: Não é característica específica dos índios. Nesta região, as unidades de conservação têm uma maior extensão, assim como propriedades privadas, lotes de assentamento e até municípios. Tudo é gigante na Amazônia. Nos municípios, quase a totalidade da população rural é índio. Isso fez com que ocorresse o reconhecimento de terras indígenas em extensão significativa na região. Não há outras populações ocupando o território e não houve grande questionamento. Ainda há pendências na Amazônia, mas em grande medida as questões foram resolvidas.

Valor: E no resto do Brasil?

Santilli: A situação é de ocupação do território e de titulação incidente sobre as terras. Comparativamente, tem muita terra na Amazônia, onde só tem índio na zona rural, e muita pouca terra no restante do Brasil, onde o território está dominado pelo latifúndio. Refazendo essas contas, a realidade brasileira é que há muita terra para pouco fazendeiro.

Valor: Muitos acham que índio de moto e celular não é mais índio.

Santilli: Os brasileiros que usam jeans e andam de Volkswagen continuam sendo brasileiros. Não são os bens de consumo ou o fato de acessar tecnologia de outros países que faz com que a pessoa deixe de ser o que ela é, de ter sua cultura, sua língua, sua identidade. Se formos nesta linha, vamos chegar à conclusão de que o povo brasileiro não existe mais, o que não faz nenhum sentido e é uma visão muito primária das coisas. Quem alega "índio que tem celular não precisa de terra" está querendo, de maneira enviesada, suprimir direitos.

Valor: Porque a terra é tão importante para os povos indígenas?

Santilli: Esses povos dependem da terra e dos recursos naturais. E não é qualquer terra. Pasto não resolve. Desterrar um povo indígena é ameaçá-lo de morte.

Valor: O caso mais crítico hoje no Brasil é o dos guaranis-kaiowas?

Santilli: É o exemplo mais gritante de omissão histórica do Estado. Os guaranis-kaiowas são a etnia mais numerosa do Brasil e que tem a menor quantidade de terra. São perto de 50 mil no Mato Grosso do Sul, em território que era do Paraguai, a pátria guarani. A guerra do Paraguai era contra os guaranis, eles formavam o Exército paraguaio. O Estado brasileiro ignorou esse povo, que em seu imaginário histórico é um inimigo de guerra. A situação dos guarani-kaiowas precisa ser resolvida para que o Brasil possa dormir de consciência tranquila em relação ao passado.

Valor: E então eles foram confinados em pequenas áreas?

Santilli: Alguns grupos se meteram no mato e permaneceram invisíveis até que se intensificou o processo de ocupação das terras. Começaram a aparecer, a ser expulsos, a migrar de um lado para o outro. Isso é o que dá hoje um contorno conflitivo ao processo de reconhecimento das terras deste povo. Há casos de guarani-kaiowas em terras que já foram reconhecidas e há casos de terras que foram reconhecidas mas permanecem na posse de fazendeiros. E há casos de

comunidades vivendo na beira de estradas, com criança sendo atropelada e jagunço dando tiro porque reivindicam o reconhecimento de terras onde há fazendas.

Valor: Tem como resolver?

Santilli: Com certeza. É preciso reconhecer e demarcar. Deixar de demarcar é represar o conflito e deixar que exploda com mais violência depois. Ocorre o seguinte: há muitas situações de pessoas que adquiriram títulos de propriedade incidentes sobre terras que agora estão sendo reconhecidas como indígenas. Os títulos foram expedidos pelo próprio poder público, estadual e até federal. Essas pessoas devem ser consideradas como proprietários de boa fé porque receberam títulos de origem pública e portanto deveriam ser bons. Se o Estado vem agora e diz que aquilo é terra indígena, aquelas pessoas fariam jus à indenização.

Valor: Pela terra e benfeitorias?

Santilli: Pelas benfeitorias com certeza. Está na lei. O que se discute é a indenização pela terra, já que a Constituição diz que não cabem ações indenizatórias contra a União. Se a indenização não for pela terra, poderia ser pelo fato de a União ter induzido o cara a uma fria, certo? O que deveria fazer com que tivesse direito a receber indenização suficiente para recompor sua vida em outro lugar. Se o poder público se dispusesse a indenizar de maneira digna, reduziria o conflito. O poder público tem que assumir sua responsabilidade.

Valor: Tem terra para todos?

Santilli: Pelos dados da Embrapa, há cinco milhões de hectares no Mato Grosso do Sul de terras desmatadas e não ocupadas, degradadas. Não falta terra no Brasil.

Valor: Como o sr. avalia o governo Dilma na demarcação?

Santilli: É o governo que tem o pior desempenho desde o final da ditadura. Não que a presidente tenha alguma coisa contra índio, especificamente. Ela também tem o pior desempenho em relação à titulação de quilombos, à criação de unidades de conservação, de reservas extrativistas, de assentamentos da reforma agrária. O governo Dilma é avesso à destinação de terras para fins socioambientais.

Valor: Isso não acontece porque sobrou o mais complicado?

Santilli: O processo demarcatório, falando em termos gerais, está concluído em dois terços dos casos. Os mais complexos, não por acaso, ficaram para o fim. Isso deveria ensejar mais agilidade do governo em solucionar estes casos. Quanto mais demora, pior fica. O Brasil precisa que isso se conclua.

Valor: Por quê?

Santilli: Para que, de uma vez por todas, se faça justiça aos povos indígenas, e ao fazer justiça a esses povos isso não implique injustiças com outros segmentos da população. A morosidade agrava o conflito e prejudica a todos, índios e não-índios.

Valor: E a proposta do governo de rever o processo de demarcação?

Santilli: É um equívoco. O governo precisa definir como vai indenizar os casos que têm que indenizar. Não adianta fugir dessa questão, é isso que pode reduzir o conflito. Não é mudar o procedimento de demarcação, que em diferentes etapas dá espaço a questionamentos de interesses contrariados. O problema não está no procedimento de demarcação, mas no fato de que as demarcações atrasadas se confrontam com uma situação de ocupação do território. A proposta que o ministro da Justiça botou em discussão vai dificultar tudo.

Valor: Pode explicar por quê?

Santilli: Hoje, quando se inicia o processo de demarcação, a primeira etapa é a constituição de um grupo de trabalho, no âmbito da Funai, coordenado por um antropólogo. O grupo vai para a área, faz um estudo e apresenta uma proposta de território. É um trabalho técnico que já tem sido difícil de fazer porque a maior parte dos antropólogos é professor de universidade pública e não pode ser remunerado pelo trabalho de identificação. Em burocratês, isso seria dupla remuneração. É difícil conseguir antropólogo para coordenar os grupos e mais difícil ainda conseguir um antropólogo que conheça aquele povo, fale a língua. Os instrumentos que o poder público dispõe para contratação de antropólogos são precários, mas isso é uma coisa que se poderia solucionar mexendo na lei.

Valor: E a proposta do governo?

Santilli: A minuta da Portaria, além de prever a coordenação do antropólogo e os técnicos, estabelece a exigência de que todo grupo de trabalho deverá ter um procurador federal, representação dos Estados, municípios e de nove ministérios. Muitas dessas pessoas não têm conhecimento relevante para a questão e representam interesses muitas vezes contraditórios. Se tudo correr bem, vai se ter um grupo que é quase uma assembleia. E vai se exigir do antropólogo que seja exímio mediador de conflitos, o que não é a função dele. Quem tem que mediar conflito é o ministro da Justiça. Ao querer repassar essa responsabilidade, está dando uma de Pôncio Pilatos.

Valor: O governo quer solucionar os casos antes que caiam na Justiça.

Santilli: O recurso ao Judiciário é um direito que todo mundo tem. É natural que, em se tratando de pendências complicadas, que se tenha um número significativo de recursos no Judiciário. O que também pode ser resolvido se houver empenho em se chegar a acordo. Mas o efeito da Portaria será mais judicialização e menos solução.

Valor: O processo começou com grupos querendo tirar o poder da Funai na demarcação.

Santilli: Há um equívoco nesta colocação. A decisão política sobre os limites a serem demarcados se dá no âmbito do Ministério da Justiça e não da Funai. A Funai faz uma proposta, esta proposta é objeto de contestação no âmbito administrativo. A decisão é do ministro da Justiça.

Valor: O que o governo poderia fazer, na sua opinião?

Santilli: Facilitar o recrutamento de antropólogos e dos técnicos necessários. E dar à Funai, ou a outro órgão da União, as condições para indenizar nos casos em que o poder público emitiu o título.

Valor: E a Funai, nesse contexto?

Santilli: Sempre foi um órgão secundarizado dentro da máquina do Estado. Sempre se ressentiu da falta de antropólogos e de recursos. Sempre dispôs de meios irrisórios diante do tamanho da demanda. Como se faz a gestão adequada de 13% do território, se é disso que estamos falando, sem funcionários, orçamento e técnicos? A Funai sempre foi a Geni da República. Em tempos recentes, na gestão de Márcio Meira, conseguiu realizar um concurso público. Foi um alívio. O último tinha ocorrido em 1974. Se não tivesse acontecido, acho que a Funai já teria fechado.

Valor: E as hidrelétricas?

Santilli: O principal ponto de conflito com os índios hoje, no contexto amazônico, são as obras do PAC e no futuro próximo pode ser a mineração. O que está posto hoje tem a ver com hidrelétrica e rios, não com terra.

Valor: No Sudeste se diz que o Brasil precisa de energia, então...

Santilli: É um argumento complicado. Despeja-se sobre uma parte da população o ônus da necessidade de outra. São muitas meias verdades sendo costuradas. Uma diz que é mais barato fazer hidrelétrica. É mais barato porque não se computa o custo socioambiental. Estamos vendo isso em Belo Monte. Essas obras estão sendo feitas com o mesmo padrão incivilizatório da ditadura militar, em relação a todos os grupos sociais afetados. A geração futura de energia tem que passar a considerar seriamente este custo e tem que ter um critério de justiça. Quem mais consome é quem tem que pagar pelo impacto. E não é a luz da tua casa que mais consome, nem da minha. É o eletrointensivo, o lingote de alumínio que se vende lá fora com essa energia toda embutida a preço de banana. Temos que fomentar a geração individual, criar redes inteligentes.

Valor: No Congresso, são muitos os projetos contra os índios?

Santilli: Há mais de uma centena de projetos de lei incidentes sobre terras indígenas, quilombos, unidades de conservação e reforma agrária. As ações dos ruralistas têm um alvo muito mais amplo do que as terras indígenas. O que a gente tem não é uma guerra étnica, é uma disputa pelo o que sobrou do território. A novidade é que hoje existe um governo permeável à pressão ruralista, o que desequilibra a correlação de forças. Mais permeável do que foi o governo militar.

Valor: E a PEC 215, que quer que a demarcação passe ao Legislativo?

Santilli: Estou supondo que será o ponto de referência dos embates no Congresso agora. O governo se colocou contrário à PEC 215, o PT também. Ela é uma impropriedade porque está se dando uma atribuição do Executivo ao Legislativo. O Congresso Nacional, por óbvio, não dispõe de instrumentos que permitam resolver o problema: tem cartógrafo, topógrafo, grana para indenizar interesses contrariados? Se o Congresso legislasse, seria ótimo. A discussão sobre o Estatuto do Índio está parada ali há 23 anos. Esquece os índios: transfere para o Congresso a competência de destinar áreas para agricultura. Tem mais facilidade de fazer isso do que o Executivo? Obviamente que não. Vai fazer disso uma maracutaia política. O Congresso está trazendo para si, com essa PEC, casos que estão na Justiça e que nem o Executivo nem o Legislativo irão resolver, mas a Justiça. Essa PEC traz um enorme abacaxi para dentro do Congresso, que ainda não se deu conta do tamanho do tiro no pé.

Valor: Como o Brasil pode resolver as questões indígenas?

Santilli: O país precisa concluir o mais rapidamente possível o processo de reconhecimento de terras indígenas. Quanto mais este processo retarda, maiores são os impactos sobre terceiros interessados que estão produzindo, desenvolvendo seu negócio, vivendo e depois acabam sendo impactados pelo processo de reconhecimento tardio de uma terra indígena. A Constituição de 1988 foi promulgada há 25 anos. É tempo suficiente para se colocar um ponto final nessa questão. O que o país mais precisa é que se agilizem as demarcações pendentes e que sejam compensados eventuais interesses legítimos que são contrariados por essas demarcações, atenuando os conflitos. Isso é interesse coletivo. O Brasil não aguenta mais essa pendência, ela precisa se encerrar.

Trabalho e formas de vida no capitalismo contemporâneo

25/02/2014 por Carta Maior

por Alejandro Nadal*/La Jornada

O capitalismo se nutre de trabalho assalariado e declara sua guerra sem quartel às formas de vida que não estão a ele submetidas. Qualquer figura que não esteja submetida às necessidades de valorização do capital se tornam um espaço que precisa ser conquistado. O capital nunca respeitou a noção de diversas formas de vida como um modo alternativo de existência e desenvolvimento. Para o capitalismo, qualquer forma de vida não é nada além de um espaço de rentabilidade e deve ser primeiramente conquistada, e depois submetida ao processo de valorização (ou a um processo de exploração, se preferir).

Faz aproximadamente 30 anos que a economia mundial abandonou o esquema do Estado de bem-estar e o substituiu pelo capitalismo de livre mercado. A história das forças que motivaram essa transição é complexa mas, em 1984, a decisão já havia sido tomada e a virada estratégica já começara. Os poderes estabelecidos justificaram esta transformação com uma promessa de prosperidade, e isso supunha duas coisas: uma adequada criação de empregos de boa qualidade e uma sistemática redução da desigualdade. Nenhum desses objetivos foi alcançado.

Atualmente, a economia mundial passa por uma crise do emprego e de formas de vida. O mercado de trabalho oferece, em escala mundial, um panorama desolador, e o desenvolvimento de formas de vida alternativas (por exemplo, a agricultura de pequena escala) está submetido a um ataque sem piedade. Basta observar o que aconteceu no chamado mercado de trabalho mundial. A geração de empregos bem remunerados nas últimas três décadas tem sido fraca e se concentrou nos postos mais altos. Contrastando, a maior parte dos novos postos de trabalho tem salários baixos e as classes médias foram comprimidas. A incerteza que cerca os empregos mal remunerados é um mal crônico.

Apesar do aumento da produtividade, as remunerações da classe trabalhadora se mantiveram estancadas. Em muitos países, as remunerações que os empregos de menor qualificação recebem se mantêm nos níveis de 1970. A participação dos salários no produto nacional ruiu em todos os países. A desigualdade, portanto, se intensificou.

A tese de que as remunerações se mantêm reduzidas nos empregos de menor qualificação porque as novas tecnologias prejudicam essa classe de empregos é falsa. Na verdade, na maioria das economias capitalistas, os salários deixaram de aumentar na década de setenta, muito antes de ser iniciado o processo de transformação tecnológica que caracterizou os anos noventa. A verdadeira explicação para este estancamento nos salários está na transformação radical da estrutura institucional do regime de acumulação de capital em escala mundial. Ou seja, o estancamento salarial está mais vinculado à luta de classe do que a qualquer outro fator.

Os poderes estabelecidos impuseram, a partir da segunda metade dos anos setenta, o abandono das metas de pleno emprego, tributação progressiva e de serviços de saúde e de educação de boa qualidade para a maioria da população. Esses objetivos foram substituídos pela estabilidade de preços, pelo equilíbrio orçamental e pela ideia de que o mercado seria capaz de proporcionar crescimento econômico e empregos suficientes para a população. O argumento central deste novo paradigma econômico era que seria necessário eliminar os atritos que impedem o bom funcionamento dos mercados. Essa foi a justificativa da guerra contra os sindicatos e contra toda a cultura das classes trabalhadoras.

A 'liberalização' do mercado de trabalho esteve baseada na ideia de que as reduções nos custos trabalhistas seriam acompanhadas por mais investimentos e por mais geração de emprego. Essa é a postura da teoria econômica do primeiro quarto do século XX, antes da Grande Depressão e antes de Keynes escrever sua Teoria Geral. A centenária teoria foi desenterrada para justificar a grande mudança: o mais importante é que ignora que a demanda agregada é o grande motor do investimento e que, com salários baixos, o crédito e o endividamento seriam os únicos capazes de manter a demanda em crescimento.

A chamada globalização (de corte neoliberal) é o resultado de se colocar as massas trabalhadoras em um plano de desenvolvimento por competência em escala mundial. O deslocamento das instalações industriais, a fragmentação de processos produtivos e a punição aplicada aos sindicatos no plano institucional (e judicial) marcaram a evolução do chamado 'mercado de trabalho'.

A contrapartida de todo este processo de degradação do trabalho e de destruição de formas de vida alternativas é a expansão e o domínio do capital financeiro. De agora em diante, a luta será entre estes dois polos, trabalho e capital financeiro. Triunfará o que estiver melhor organizado e tiver melhor capacidade analítica.

*Alejandro Nadal é membro do conselho editorial da revista eletrônica SinPermiso (<http://www.sinpermiso.info/>)

** Tradução de Daniella Cambaúva.

Organizado por Ernesto Germano